

Fundamentos e principais argumentos

A República da Finlândia não cumpriu as obrigações decorrentes da directiva sobre a preservação dos habitats naturais, na medida em que as disposições legislativas e regulamentares nacionais não prevêm com suficiente precisão, do ponto de vista jurídico, que todos os projectos devem ser avaliados em relação à sua incidência [na acepção da referida directiva], incluindo aqueles que estão sujeitos a uma avaliação das incidências ambientais sobre o sítio. A acção é, só por esta circunstância, procedente.

Na resposta à notificação de incumprimento, a República da Finlândia defendeu que, no caso de projectos sujeitos à lei sobre a avaliação das incidências ambientais sobre o sítio, o esclarecimento da matéria de facto no procedimento de avaliação das incidências ambientais sobre o sítio também pode ser considerado uma avaliação da incidência na acepção do § 65 da Luonnonsuojelulaki [lei da protecção da natureza]. Deste modo evita-se um duplo procedimento. A República da Finlândia confirmou este ponto de vista na sua resposta ao parecer fundamentado.

Na medida em que a República da Finlândia invoca dificuldades de ordem prática na adaptação das suas disposições legislativas às suas obrigações que resultam do Tratado, deve recordar-se a jurisprudência assente do Tribunal de Justiça, nos termos da qual as dificuldades internas de um Estado-Membro relativas às circunstâncias da adopção de disposições legislativas regulamentares e administrativas não podem isentar o Estado-Membro das suas obrigações decorrentes do direito comunitário. De igual modo, segundo jurisprudência assente do Tribunal de Justiça, em relação à questão de saber se o Estado-Membro não cumpriu as suas obrigações para com a Comunidade, deve-se partir da situação em que o Estado-Membro se encontrava à data do termo do prazo fixado no parecer fundamentado.

Até ao presente, tanto quanto é do conhecimento da Comissão, as medidas necessárias para a adaptação da legislação nacional ao artigo 6.º, n.º 3, da directiva não foram adoptadas ou, pelo menos, não foram comunicadas à Comissão.

(1) Directiva 92/43/CEE, de 21 de Maio de 1992, JO L 206, p. 7.

Acção intentada em 30 de Setembro de 2003 pela Comissão das Comunidades Europeias contra o Reino da Bélgica

(Processo C-408/03)

(2003/C 275/56)

Deu entrada em 30 de Setembro de 2003, no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, uma acção contra o Reino da Bélgica, intentada pela Comissão das Comunidades Europeias, representada por M. Condou Durande e D. Martin, na qualidade de agentes, com domicílio escolhido no Luxemburgo.

A Comissão das Comunidades Europeias conclui pedindo que o Tribunal se digne:

- 1) declarar que o Reino da Bélgica:
 - ao sujeitar o direito de residência dos cidadãos da União à condição de disporem de recursos pessoais suficientes, não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 18.º CE e da Directiva 90/364/CEE, relativa ao direito de residência;
 - ao prever a possibilidade de notificar automaticamente uma ordem de expulsão do território aos cidadãos da União que não apresentaram os documentos exigidos para a obtenção de um título de residência num determinado prazo, não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força da Directiva 90/364/CEE, relativa ao direito de residência⁽¹⁾, do artigo 4.º da Directiva 68/360/CEE, relativa à supressão das restrições à deslocação e permanência dos trabalhadores dos Estados-Membros e suas famílias na Comunidade⁽²⁾, do artigo 4.º da Directiva 73/148/CEE, relativa à supressão das restrições à deslocação e à permanência dos nacionais dos Estados-Membros na Comunidade, em matéria de estabelecimento e de prestação de serviços⁽³⁾, do artigo 2.º da Directiva 93/96/CEE, relativa ao direito de residência dos estudantes⁽⁴⁾, e do artigo 2.º da Directiva 90/365/CEE, relativa ao direito de residência dos trabalhadores assalariados e não assalariados que cessaram a sua actividade profissional⁽⁵⁾;
- 2) condenar o Reino da Bélgica nas despesas.

Fundamentos e principais argumentos

A regulamentação e a prática administrativa belgas são contrárias ao direito comunitário na medida em que prevêm:

- a condição de dispor de recursos pessoais suficientes.

O artigo 1.º da Directiva 90/364/CEE exige que o cidadão da União prove que dispõe, para si próprio e para a sua família, de recursos suficientes, mas não exige que os recursos lhe pertençam. A directiva cria para o Estado-Membro de acolhimento um sistema de garantias flexível e evolutivo no tempo, destinado a permitir que o cidadão da União circule facilmente no território dos Estados-Membros sem ter de provar que dispõe de meios de subsistência para todo o período da sua permanência. Ora, o raciocínio das autoridades belgas visa criar garantias suplementares a fim de evitar *ab initio* que o cidadão da União se torne uma sobrecarga para a assistência social, o que é, em si, contrário ao espírito da Directiva 90/364/CEE.

- a possibilidade de notificar uma ordem de expulsão do território aos cidadãos da União que não tenham apresentado os documentos exigidos para a emissão de um título de residência num determinado prazo.

Um Estado-Membro só pode recusar ou pôr fim ao direito de residência de um cidadão da União se as condições de este direito não estiverem já preenchidas. Em contrapartida, o facto de as modalidades administrativas relativas à concessão do título de residência que atesta este direito não terem sido respeitadas não pode conduzir a uma sanção, tal como a recusa de concessão do direito de residência ou a expulsão do território, que redundariam na negação do próprio direito de residência atribuído e garantido pelo tratado. A notificação de uma ordem de expulsão do território não se pode basear em razões exclusivamente administrativas, mas em factos que permitam concluir que o interessado não preenche as condições exigidas para o seu direito de residência, por uma das directivas na matéria.

(¹) JO L 180, 13.7.1990, p. 26.

(²) JO L 257, 19.10.1968, p. 13.

(³) JO L 172, 28.06.1973, p. 14.

(⁴) JO L 317, 18.12.1993, p. 59.

(⁵) JO L 180, 13.7.1990, p. 28.

Pedido de decisão prejudicial apresentado por decisão do Bundesfinanzhof, de 15 de Julho de 2003, no processo SEPA Société d'Exportation des Produits Agricoles S.A. contra Hauptzollamt Hamburg-Jonas

(Processo C-409/03)

(2003/C 275/57)

Foi submetido ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias um pedido de decisão prejudicial apresentado por decisão do Bundesfinanzhof, de 15 de Julho de 2003, no processo SEPA Société d'Exportation des Produits Agricoles S.A. contra Hauptzollamt Hamburg-Jonas, que deu entrada na Secretaria do Tribunal de Justiça em 1 de Outubro de 2003. O Bundesfinanzhof solicita ao Tribunal de Justiça que se pronuncie a título prejudicial sobre as seguintes questões:

1. O conceito «qualidade leal e comerciável», previsto no artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 3665/87 da Comissão (¹), de 27 de Novembro de 1987, que estabelece regras comuns de execu o do regime das restitui es   exporta o para os produtos agrícolas, exige que a produ o e a comercializa o dos bens em causa apenas estejam sujeitas ao regime geral aplicável a todos os produtos da respectiva categoria e exclui, por conseguinte, do regime das restitui es   exporta o os produtos cuja produ o, tratamento ou comercializa o se encontrem subordinadas a restri es específicas como, por exemplo, a imposi o de um exame especial de salubridade ou a uma limita o a determinados circuitos de distribu o?

2. O conceito «qualidade leal e comerciável», previsto no artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 3665/87 da Comissão, de 27 de Novembro de 1987, exige que o produto a exportar seja de qualidade média e exclui, desta forma, da concessão das restitui es   exporta o produtos de menor qualidade que possam contudo ser comercializados sob a designa o utilizada no pedido de concessão da restitui o? Este têm também   o caso quando a menor qualidade não tenha tido qualquer influência sobre a execu o da transac o comercial?

(¹) JO L 351, p. 1.

Ac o intentada em 2 de Outubro de 2003 pela Comissão das Comunidades Europeias contra a Irlanda

(Processo C-413/03)

(2003/C 275/58)

Deu entrada em 2 de Outubro de 2003 no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias uma ac o contra a Irlanda, intentada pela Comissão das Comunidades Europeias, representada por Xavier Lewis, na qualidade de agente, com domicílio escolhido no Luxemburgo.

A demandante conclui pedindo que o Tribunal se digne:

- 1) declarar que a Irlanda, ao não tomar as medidas legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para se conformar com a Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março de 2001, relativa   liberta o deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados e que revoga a Directiva 90/220/CEE do Conselho (¹) ou, em qualquer dos casos, ao n o comunicar essas medidas   Comissão, n o cumpriu as obriga es que lhe incumbem por força do artigo 34.º da referida directiva;
- 2) condenar a Irlanda nas despesas.

Fundamentos e principais argumentos

O prazo para transposi o da directiva terminou em 17 de Outubro de 2002.

(¹) JO L 106 de 17.4.2001, p. 1.